

PLANO DE ATUAÇÃO 2026-2027

CAODHC

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA
DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará



**PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO**

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DA
CIDADANIA**

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Herbet Gonçalves Santos

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA INSTITUCIONAL

Antônio Iran Coelho Sório

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICO

Luís Laércio Fernandes Melo

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco Diassis Alves Leitão

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DE GOVERNANÇA

Grecianny Carvalho Cordeiro

OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Francisco André Karbage Nogueira

SECRETÁRIO-GERAL

Iuri Rocha Leitão

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - SEPLAN

SECRETÁRIO

Fabício Bello Soares

EQUIPE TÉCNICA

Alessa Vivianne Bezerra Carvalho – Gerente de Modernização Administrativa

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DA
CIDADANIA

João Paulo de Almeida Costa - Analista Ministerial

Marina de Castro Ribeiro Barbosa - Técnica Ministerial

Marciana Isabely Martins Pereira - Técnica Ministerial

Karine Silva Santos - Residente

Antonio Rhendson Barboza de Oliveira - Residente

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

COORDENADORA

Giovana de Melo Araújo

COORDENADOR AUXILIAR

Germano Guimarães Rodrigues

EQUIPE TÉCNICA

Marcela Marjore Olimpio Pereira

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DA
CIDADANIA**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
PALAVRA DO CAODHC.....	5
METODOLOGIA	6
DIAGNÓSTICO	7
PLANO DE ATUAÇÃO DO CAODHC.....	8
PROGRAMA CONVERGÊNCIA.....	12
MAPAS ESTRATÉGICOS.....	14
CONCLUSÃO.....	15

APRESENTAÇÃO

A elaboração dos Planos de Atuação do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) está alinhada às diretrizes estabelecidas pela Recomendação nº 01/2023 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que incentiva a adoção de instrumentos de planejamento e gestão capazes de fortalecer a atuação estratégica, a resolutividade e a unidade institucional.

Os Planos de Atuação constituem instrumentos de gestão destinados a promover o alinhamento entre as ações desenvolvidas pelas unidades e os objetivos definidos no Planejamento Estratégico Institucional. Por meio deles, busca-se transformar diretrizes estratégicas em iniciativas concretas, orientando a atuação ministerial para resultados efetivos e para a geração de valor à sociedade.

Além de fortalecer a cultura do planejamento, esses instrumentos contribuem para a priorização de temas relevantes, a definição de metas e ações, o acompanhamento dos resultados e a melhoria contínua da atuação institucional. Sua construção deve considerar as especificidades de cada unidade, os desafios do contexto de atuação e as demandas da sociedade, sempre em consonância com a missão constitucional do Ministério Público e com vistas ao fortalecimento da atuação resolutiva, integrada e estratégica do Ministério Público do Estado do Ceará.

PALAVRA DO CAODHC

Este documento apresenta aos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Ceará a atuação do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania (CAODHC). Seu propósito é tornar conhecidas as frentes de trabalho do Centro, as orientações e os instrumentos já disponíveis e as formas pelas quais o CAODHC pode apoiar a atuação das Promotorias e Procuradorias de Justiça.

O CAODHC parte de uma compreensão estrutural das desigualdades. As violações de direitos que chegam ao Ministério Público não são episódios isolados: resultam de

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DA
CIDADANIA**

processos que empurram parcelas da população para as bordas da cidade e da vida pública, produzindo o que Milton Santos denominou cidadania mutilada (Santos, 2007). Enfrentar esse quadro exige atuação articulada, preventiva e resolutive, capaz de incidir sobre as políticas públicas e não apenas sobre as suas consequências.

As ações aqui reunidas expressam esse compromisso: produção de orientação técnica, apoio às Promotorias de Justiça em todo o Estado, diálogo permanente com a sociedade civil e construção de redes com órgãos públicos das três esferas federativas. O Centro coloca esse acúmulo à disposição de cada membro da instituição.

METODOLOGIA

A elaboração do Plano de Atuação foi conduzida por meio de uma metodologia participativa, estruturada em etapas sucessivas de diagnóstico, análise estratégica e construção colaborativa das propostas de atuação.

Inicialmente, foi realizado um levantamento dos macrotemas relevantes para a área de atuação, os quais serviram de base para a definição do escopo do diagnóstico e para a construção dos instrumentos de coleta de dados. A partir desse trabalho preliminar, foi elaborado um formulário eletrônico na plataforma Microsoft Forms (Microsoft 365), direcionado a todas as Promotorias de Justiça do Estado do Ceará, com foco nas temáticas de direitos humanos e cidadania e em aspectos de atuação transversal relacionados à área.

A coleta de informações ocorreu em maio de 2026, mediante a aplicação de questionário composto por questões fechadas e abertas, contemplando perguntas de múltipla escolha, escalas de percepção e espaços destinados ao registro de contribuições qualitativas. O objetivo foi obter um panorama abrangente sobre os principais desafios, oportunidades, necessidades e perspectivas identificados pelos membros do Ministério Público em sua atuação cotidiana.

Concluída a fase de coleta, os dados foram sistematizados e analisados sob diferentes perspectivas. Além da avaliação individual dos resultados, foram realizadas análises cruzadas entre variáveis e aplicada a metodologia da Matriz SWOT, possibilitando a

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DA
CIDADANIA**

identificação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas à área temática. Os achados dessa etapa subsidiaram a definição dos eixos estratégicos e dos programas que estruturam o presente Plano de Atuação.

Na etapa seguinte, foram realizadas, em agosto de 2026, as Oficinas de Elaboração dos Planos de Atuação, reunindo representantes da área para a construção colaborativa das propostas. Durante os encontros, foram aplicadas dinâmicas voltadas à definição do propósito institucional da área, dos objetivos específicos e das soluções estratégicas consideradas prioritárias para o período de vigência do plano.

Por fim, as contribuições obtidas nas oficinas foram consolidadas, organizadas e submetidas ao processo de validação final, resultando no presente Plano de Atuação, que traduz a visão compartilhada dos participantes e estabelece as diretrizes, programas e iniciativas voltados ao fortalecimento da atuação institucional na área de direitos humanos e cidadania.

DIAGNÓSTICO

O diagnóstico evidencia um cenário em que o MPCE possui capacidade institucional relevante e iniciativas qualificadas, especialmente no uso de instrumentos extrajudiciais e na articulação com a rede local, mas ainda enfrenta fragilidades estruturais importantes, como a ausência de dados sistematizados, a baixa efetividade das políticas públicas e a insuficiente institucionalização da atuação transversal. As demandas identificadas — saúde, acolhimento institucional, inclusão, proteção ao idoso e enfrentamento da dependência química — revelam problemas complexos, intersetoriais e persistentes, que exigem respostas igualmente integradas e estruturantes.

Ao mesmo tempo, o conjunto de evidências aponta para um amplo espaço de evolução estratégica, com potencial de fortalecimento da atuação orientada por dados, indução de políticas públicas e organização da rede de proteção. A consolidação desses elementos no Plano Geral de Atuação 2026–2027 representa uma oportunidade concreta de aprimorar a efetividade institucional. Mais do que ampliar a atuação, o desafio central é qualificá-la de forma integrada, estruturada e orientada por evidências.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DA
CIDADANIA

Diagnóstico Cidadania 2026: Caminhos para uma Atuação Estruturante

DESAFIOS CRÍTICOS IDENTIFICADOS

O diagnóstico do MPCE mapeou demandas complexas, exigindo uma transformação institucional de postura reativa para indução estratégica de políticas públicas com base em dados e integração.



Vulnerabilidade Multidimensional
População de rua enfrenta barreiras severas no acesso à **Saúde** e tratamento de dependência química.



Barreiras na Inclusão e Proteção
Déficit em **Educação Inclusiva** para PCD e altos índices de **Violência Patrimonial** contra idosos.



Articulação
3,62

Efetividade
2,31

Lacuna entre Articulação e Efetividade
Embora a articulação com a rede seja alta (3,62), a efetividade das políticas é baixa (2,31).

ESTRATÉGIAS E OPORTUNIDADES (2026-2027)



Indução de Políticas Públicas
Atuação Extrajudicial para exigir a criação de acolhimentos, ILPIs e acessibilidade urbana nos municípios.



Fortalecimento da Rede e Dados
Implementação de diagnósticos locais padronizados e integração sistemática com CRAS, CREAS e Saúde.



Atuação Extrajudicial Estruturante
Uso de TACs e recomendações como ferramentas para organizar a governança intersetorial local.

Aderência às Diretrizes Nacionais do CNMP

Ação Estratégica MPCE	Iniciativa RADAR CNMP	Impacto Esperado
Diagnóstico Local Padronizado	Ciência de Dados nos MPs	Decisões baseadas em evidências reais
Ampliação de Equipamentos de Acolhimento	Políticas de Acolhimento a Vulneráveis	Redução do déficit de abrigos e ILPIs
Enfrentamento à Dependência Química	Fiscalização em Comunidades Terapêuticas	Integração entre Saúde Mental e Assistência

A cidadania efetiva nasce da união entre dados precisos, rede fortalecida e uma atuação institucional transformadora.

© NotebookLM

PLANO DE ATUAÇÃO DO CAODHC
EIXO TEMÁTICO: DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Propósito da Unidade

Fortalecer a atuação resolutiva do Ministério Público garantindo a inclusão de grupos vulnerabilizados, para prevenir violações e efetivar direitos, apresentando respostas céleres e humanas

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Objetivo Específico nº 1: Atuar de forma integrada, trazendo um olhar transversal a partir da abordagem de diversos eixos (moradia, saúde, educação, segurança alimentar)

Soluções propostas

1. Produzir dados para que a atuação do órgão de execução seja realizada conectada à realidade.

Objetivo

Produzir e consolidar informações qualificadas sobre a população em situação de rua e sobre a atuação institucional relacionada à temática, subsidiando a tomada de decisão e a definição de prioridades de atuação.

Escopo

- Abrange a identificação, organização, consolidação e análise de dados relevantes para a compreensão da realidade da população em situação de rua, considerando aspectos relacionados à documentação civil, acesso a direitos, moradia e atuação ministerial

Indicadores de Resultado

- Quantidade de órgãos de execução que utilizam dados consolidados em suas iniciativas relacionadas ao tema.
- Quantidade de bases, diagnósticos ou painéis de informações consolidados e disponibilizados para consulta institucional.

2. Diálogo e articulação entre atores da rede e Centros de Apoio.

Objetivo

Fortalecer a integração entre os diversos atores envolvidos na temática da população em situação de rua e os Centros de Apoio, promovendo uma atuação mais transversal e coordenada.

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DA
CIDADANIA**

Escopo

- Compreende a articulação institucional entre órgãos públicos, entidades da sociedade civil, instâncias de controle social, população impactada e estruturas do Ministério Público relacionadas aos diferentes eixos da política pública.

Indicadores de Resultado

- Número de iniciativas ou ações desenvolvidas de forma articulada entre diferentes atores ou áreas.
- Nível de satisfação dos participantes quanto à melhoria da integração e da coordenação das ações.

3. Capacitação para qualificação da atuação humanizada e interdisciplinar.

Objetivo

Ampliar a capacidade institucional de membros, servidores e colaboradores para atuação qualificada, humanizada e alinhada à complexidade da temática da população em situação de rua.

Escopo

- Abrange o desenvolvimento de conhecimentos e competências relacionados aos direitos humanos, políticas públicas, abordagem interdisciplinar, trabalho em rede e atendimento humanizado.

Indicadores de Resultado

- Percentual de membros, servidores e colaboradores alcançados por ações de capacitação relacionadas ao tema.
- Grau de satisfação e avaliação de aprendizagem dos participantes das capacitações.

Objetivo Específico nº 2: Qualificar a proteção integral da pessoa idosa, por meio da prevenção das violências, monitorando e aprimorando políticas públicas, sistematizando dados e resultados

1. Campanhas de divulgação, criação de protocolo padronizado de identificação e encaminhamento de casos para os municípios e incentivo à denúncia.

Objetivo

Ampliar a identificação, o registro e o encaminhamento adequado dos casos de violência contra a pessoa idosa, contribuindo para reduzir a subnotificação e aumentar o acesso à proteção.

Escopo

- Elaboração e disseminação de protocolo padronizado para identificação e encaminhamento de casos.
- Realização de ações de divulgação sobre direitos e canais de denúncia.
- Articulação com municípios e rede de proteção para adoção do protocolo.
- Sensibilização de profissionais envolvidos no atendimento à pessoa idosa

Indicadores de Resultado

- Percentual de municípios que aderiram ou implementaram o protocolo padronizado.
- Quantidade de denúncias registradas sobre violência contra a pessoa idosa.
- Percentual de encaminhamentos realizados conforme o protocolo estabelecido.

2. Promoção de diálogo com os órgãos de execução para disponibilização de dados de atuação nas fiscalizações dos equipamentos

Objetivo

Fortalecer a produção e a gestão de dados sobre a atuação ministerial relacionada à pessoa idosa, qualificando o monitoramento e a tomada de decisão.

Escopo

- Articulação com órgãos de execução para compartilhamento de informações.
- Definição de fluxo de envio e consolidação de dados.
- Sistematização dos resultados das fiscalizações realizadas.
- Produção de informações para acompanhamento das políticas públicas e das situações de violência.

Indicadores de Resultado

- Quantidade de registros ou relatórios consolidados sobre fiscalizações de equipamentos.

PROGRAMA CONVERGÊNCIA

O **Programa Convergência** constitui uma estratégia institucional de atuação integrada e coordenada, destinada a mobilizar diferentes órgãos e unidades do Ministério Público em torno de temas prioritários e de elevada relevância social. Seu propósito é promover a convergência de esforços, fomentar a cooperação interinstitucional e potencializar resultados por meio da implementação de projetos e iniciativas alinhados a um objetivo comum.

Para o ciclo de 2027, o Programa Convergência elegeu como temática prioritária o **Combate às Organizações Criminosas (ORCRIMs)**, em razão do crescente impacto

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DA
CIDADANIA**

dessas estruturas sobre a ordem pública, a administração pública, a atividade econômica e as instituições democráticas. O fenômeno da criminalidade organizada tem se tornado cada vez mais complexo, caracterizando-se pela diversificação de suas formas de atuação e pela busca de influência sobre espaços de poder político e decisório, inclusive no âmbito da cidadania.

As iniciativas priorizadas pelo CAODHC apresentam aderência ao Programa Convergência 2027 ao fortalecerem a capacidade institucional de proteção de grupos em situação de maior vulnerabilidade social, contribuindo para a redução de fatores que podem ser explorados por organizações criminosas para ampliar sua influência territorial, econômica e social. A atuação orientada pela produção e gestão de dados, pela articulação em rede e pela integração entre diferentes áreas de políticas públicas permite ao Ministério Público desenvolver respostas mais qualificadas, coordenadas e efetivas diante de contextos complexos, fortalecendo a presença institucional em territórios marcados pela exclusão social e pela fragilidade do acesso a direitos.

No eixo voltado à população em situação de rua, a iniciativa de fortalecimento da atuação resolutiva para efetivação do direito à moradia, à documentação civil e ao exercício pleno da cidadania converge com os objetivos do Programa Convergência ao enfrentar condições de vulnerabilidade que frequentemente favorecem ciclos de violência, exploração e invisibilidade social. A produção de dados qualificados, o diálogo entre os diversos atores da rede de atendimento, a atuação transversal entre diferentes áreas temáticas e a capacitação de membros, servidores e colaboradores contribuem para a construção de estratégias integradas de intervenção, ampliando a capacidade institucional de compreender a realidade dos territórios e promover respostas humanizadas e efetivas. Ao fortalecer o acesso a direitos e a inclusão social, a iniciativa contribui para a prevenção de contextos que podem ser instrumentalizados por organizações criminosas para ampliar sua influência sobre populações vulnerabilizadas.

Da mesma forma, a iniciativa voltada à proteção integral da pessoa idosa dialoga com o Programa Convergência ao promover o enfrentamento de diferentes formas de violência, a ampliação do acesso à informação e o fortalecimento das políticas públicas destinadas a esse público. A sistematização de dados, a criação de protocolos de identificação e encaminhamento de casos, o incentivo à denúncia e a articulação entre órgãos de execução, gestores públicos e conselhos de controle social aprimoram a capacidade

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DA
CIDADANIA

institucional de identificar situações de vulnerabilidade e atuar preventivamente. O fortalecimento da rede de proteção, aliado à promoção de campanhas de conscientização, de valorização do envelhecimento e de iniciativas intergeracionais, contribui para reduzir a invisibilidade das violações de direitos e ampliar a proteção social, fortalecendo mecanismos de resistência a práticas ilícitas que afetam populações vulneráveis.

Em conjunto, as iniciativas estruturam uma estratégia integrada baseada na produção de conhecimento, na gestão de dados, na articulação em rede, na transversalidade das ações e na promoção de uma atuação humanizada e resolutiva. Esses elementos contribuem para o fortalecimento institucional do Ministério Público, ampliando sua capacidade de atuar de forma preventiva e coordenada nos territórios, promover a efetivação de direitos fundamentais e enfrentar contextos de vulnerabilidade social que podem ser aproveitados por organizações criminosas, em consonância com os objetivos do Programa Convergência 2027.

MAPAS ESTRATÉGICOS

Mapa Estratégico Nacional



**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DA
CIDADANIA**

Mapa Estratégico Setorial



CONCLUSÃO

O presente Plano de Atuação reafirma o compromisso do CAODHC com o fortalecimento da atuação resolutiva do Ministério Público, direcionada à inclusão de grupos vulnerabilizados, à prevenção de violações e à efetivação de direitos por meio de respostas céleres, humanas e qualificadas. Sua construção traduz os desafios identificados no campo da cidadania em objetivos e iniciativas voltados à atuação transversal, à proteção integral e ao aprimoramento das políticas públicas.

As ações propostas concentram-se na qualificação da atuação relacionada à população em situação de rua e à pessoa idosa. Para a população em situação de rua, o plano prioriza a produção e a consolidação de dados, a articulação entre os atores da rede e os Centros de Apoio e a capacitação de membros, servidores e colaboradores para uma atuação humanizada e interdisciplinar. Na proteção da pessoa idosa, prevê campanhas de

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DA
CIDADANIA**

divulgação, protocolo padronizado para identificação e encaminhamento de casos, incentivo à denúncia e sistematização de informações sobre fiscalizações e outras formas de atuação ministerial.

A implementação das iniciativas demandará integração entre os órgãos de execução, os Centros de Apoio, os municípios, os órgãos públicos, as entidades da sociedade civil, as instâncias de controle social e as redes de proteção. Os indicadores estabelecidos permitirão acompanhar a utilização de dados consolidados, a articulação das ações, o alcance das capacitações, a adesão aos protocolos e a produção de registros e relatórios, favorecendo o monitoramento dos resultados e o aperfeiçoamento contínuo da atuação institucional.

Ao final da vigência do plano, espera-se que as iniciativas contribuam para uma atuação ministerial mais integrada, preventiva, humanizada e orientada por evidências, ampliando a capacidade institucional de promover direitos fundamentais e oferecer respostas efetivas às situações de vulnerabilidade social. Espera-se, ainda, que a produção de conhecimento, a gestão de dados, a articulação em rede e a transversalidade das ações fortaleçam a contribuição da unidade ao Programa Convergência 2027, especialmente na prevenção de contextos de exclusão e fragilidade de acesso a direitos que possam favorecer a influência de organizações criminosas sobre populações vulnerabilizadas.

Documento elaborado pela SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Modernização Administrativa, com apoio de Inteligência Artificial e validado pela área.